A desigualdade de renda recente no Brasil e nos EUA

05/01/2014



Por José Carlos Peliano, na Carta Maior

No primeiro dia deste ano, o jornal The New York Times publicou texto de Paul Krugman dando conta do aumento da desigualdade de renda nos EUA de 2000 a 2012. Neste período os 90% dos indivíduos dos estratos inferiores da população americana passaram a deter de 54,7% a 50,4% da renda total, atingindo uma perda de cerca de 8% em 12 anos.

Interessante observar que, ao contrário deste cenário regressivo da maior potência ainda hegemônica do planeta, o Brasil no mesmo período apresentou uma redução significativa da desigualdade de renda, exatamente pela melhoria dos rendimentos dos mais pobres – não só pelo aumento relativo das rendas da maioria dos indivíduos pertencentes aos grupos que recebem até 2 salários mínimos, mas também e principalmente pela incorporação de mais de 5 milhões de famílias no mercado através do Programa Bolsa Família.

A consequente ampliação exuberante da demanda proporcionada pela melhoria de renda e inclusão de novos consumidores, um dos pilares da nova política econômica posta em prática nas administrações de Lula e Dilma, não é de maneira alguma reconhecida pela grande mídia sequer mencionada pelos economistas da oposição. De fato, essa modificação marcante do perfil da distribuição de renda continuará trazendo benefícios ponderáveis à economia brasileira pelo fortalecimento continuado do mercado interno, a garantia de renda em salários e demais rendimentos e um círculo virtuoso de consumo e produção, o que certamente dará condições para maiores estímulos aos investimentos.

Assim, o primo pobre do sul começa a mostrar ao primo rico do norte que há um caminho alternativo de política econômica que beneficia a economia como um todo a partir do reconhecimento do papel importante desempenhado pelos estratos mais pobres. Simples assim: o impulso sustentado do investimento não precisa sempre e necessariamente vir do consumo, poupança e aplicações dos mais ricos, podendo em momentos de crises, períodos de estagnação ou mesmo de períodos normais vir de ações que estimulem principalmente o consumo dos mais pobres, ainda que sobre espaço para suas pequenas poupanças e aplicações.

Resultado em números da opção da política econômica brasileira na última década em contraste com a dos EUA é que, aqui, a desigualdade cai e a produção industrial sobe (25%), enquanto lá a desigualdade sobe e a capacidade de produção industrial recua 6%. Decisões diferentes, resultados distintos.

Os argumentos de Krugman podem ser resumidos a dois centrais. Primeiro, a queda de 8% na renda dos 90% mais pobres americanos de 2000 a 2012 juntou-se à queda da capacidade de produção da economia em até 6%; o aumento da desigualdade fez mais que a recessão para deprimir as rendas da classe média. Segundo, havia uma bolha de poupança dos mais ricos de 1% amparada por uma bolha de crédito ao consumo dos mais pobres. A crise derrubou a produção, o consumo e a poupança deixando os pobres com as dívidas do crédito e o desemprego.

A mesma crise que assolou os EUA e o mundo também passou por aqui. Só que o crédito aqui, mesmo alimentado pela poupança dos mais ricos, foi direcionado para sustentar e garantir a produção industrial interna, enquanto lá boa parte do crédito ao consumo não ficou no circuito de financiamento industrial do país já que foi direcionado aos compromissos das relações produtivas e comerciais internas com o mercado externo.

A exposição americana ao mercado externo é bem superior a do Brasil. A sustentação do mercado interno brasileiro incentivada pela política econômica contempla todo o setor industrial, mas também os pequenos negócios com ações e instrumentos específicos de crédito, financiamento e garantias de participações em programas e projetos. Um conjunto de medidas desse tipo cria liames sólidos com o restante do complexo industrial. O que proporciona abertura de novas oportunidades, mais trabalhos e empregos, além de salários e rendimentos.

Se os EUA não praticarem uma política econômica voltada também para atender e incluir os mais pobres, a desigualdade tenderá a subir e a produção industrial poderá estagnar, se não alçar voo de galinha, para ficar somente nos termos e argumentos de Krugman. Enfim, o capitalismo continuará o mesmo, tanto lá como aqui, porém menos seletivo, discriminatório e injusto. A maior participação da população no mercado de trabalho, no entanto, pode aproximar os interesses dos cidadãos com os dos consumidores e investidores e daí trazer para a pauta dos direitos e deveres individuais a discussão e a redefinição dos rumos da sociedade e do bem estar social.

(*) José Carlos Peliano é economista

Compartilhe nas redes: